

Evidence Previdência S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Entretanto, a inflação do final do ano deve continuar acima do teto da meta de 6,5%. O mercado de trabalho segue em processo de deterioração, iniciado no primeiro trimestre, com a taxa de desemprego subindo para 7,5% em novembro de 2015, ante taxa de 4,8% registrada em novembro de 2014. A carteira total de crédito do sistema cresceu 7,4% em novembro de 2015, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o que representa uma desaceleração relevante quando comparada ao ritmo de crescimento observado em meados de 2015. Esse movimento pode ser observado tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 11,2% ao ano, quanto no crédito com recursos livres, que aumentou apenas 4,1% entre novembro de 2014 e novembro de 2015. A carteira dos bancos públicos também está crescendo em ritmo mais lento do que no passado, mas ainda cresce substancialmente mais do que os bancos privados (11,4% em doze meses, enquanto a dos bancos privados se expandiu em apenas 2,9%). O conservadorismo na oferta de concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e as taxas de juros em alta são fatores que devem manter essa tendência de desaceleração do crédito ao longo dos próximos meses.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Evidence, atingiu no período findo em 31 de dezembro de 2015, um prejuízo no valor de R\$33.004 mil (2014 - lucro no valor de R\$2.355 mil), patrimônio líquido de R\$217.639 mil (31/12/2014 - R\$187.042 mil) e provisões técnicas de previdência complementar de R\$1.513.792 mil (31/12/2014 - R\$0).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2015		31/12/2014	
Ativo Circulante		1.432.336	27.998		
Disponível	4&18.c	1.161	2		
Caixa e Bancos		1.161	2		
Aplicações	5	1.431.174	27.996		
Títulos de Renda Fixa		1.421.348	-		
Cotas de Fundos de Investimentos		9.826	27.996		
Créditos das Operações com Previdência Complementar		1	-		
Valores a Receber		1	-		
Ativo não Circulante		334.181	160.920		
Realizável a Longo Prazo		334.181	160.920		
Aplicações	5	241.084	160.533		
Títulos de Renda Fixa		241.084	160.533		
Titulos e Créditos a Receber		93.097	387		
Créditos Tributários e Previdenciários	6	93.097	387		
Total do Ativo		1.766.517	188.918		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota Explicativa	31/12/2015		31/12/2014	
Passivo Circulante		1.203.141	1.792		
Contas a Pagar		32.921	1.792		
Obrigações a Pagar	7	383	560		
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	8	1.204	-		
Impostos e Contribuições	9	27.865	1.191		
Outras Contas a Pagar	10	3.469	41		
Débitos das Operações com Previdência Complementar		42	-		
Débitos de Resseguros	3.j	42	-		
Depósitos de Terceiros	11	2.110	-		
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	12	1.168.068	-		
Planos não Bloqueados		1.168.068	-		
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder		1.165.323	-		
Provisão de Prêmios não Ganhos		89	-		
Provisão de Sinistros a Liquidar		503	-		
Provisão para Eventos Ocorridos mas não Avisados		271	-		
Outras Provisões		1.882	-		
Passivo não Circulante		345.737	84		
Contas a Pagar		13	84		
Tributos Diferidos	17.d	13	84		
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	12	345.724	-		
Planos não Bloqueados		345.724	-		
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos		284.335	-		
Provisão de Excedente Financeiro		3.265	-		
Outras Provisões		58.124	-		
Patrimônio Líquido	13	217.639	187.042		
Capital Social		185.000	185.000		
Aumento de Capital em Aprovação		65.000	-		
Reservas de Lucros		1.929	1.929		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.286)	113		
Prejuízos Acumulados		(33.004)	-		
Total do Passivo		1.766.517	188.918		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva para Equalização de Dividendos	Reserva Legal			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		22.500	-	9	125	-	22.634
Aumento de Capital	13.a	162.500	-	-	-	-	162.500
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	113	-	113
Lucro Líquido do Período		-	-	-	-	2.355	2.355
Proposta para Distribuição do Resultado:							
Reserva Legal	13.c	-	-	117	-	(117)	-
Dividendos	13.b	-	-	-	-	(560)	(560)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.d	-	-	1.678	-	(1.678)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		185.000	-	126	1.803	113	187.042
Aumento de Capital em Aprovação	13.a	65.000	-	-	-	-	65.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(1.399)	-	(1.399)
Prejuízo do Período		-	-	-	-	(33.004)	(33.004)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		185.000	65.000	126	1.803	(1.286)	217.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Evidence Previdência S.A. (Evidence), controlada pela Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 18.b), é uma sociedade anônima com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04543-011, tendo como objeto social a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. A Evidence é uma sociedade integrante do Conglomerado Santander, cujas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 2 de dezembro de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da Ablasa Participações S.A. para Evidence Previdência S.A., e a alteração de seu objeto social para planos de benefícios de caráter previdenciário conforme mencionado acima, cujo processo foi homologado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 29 de setembro de 2014.

Na AGE realizada em 18 de agosto de 2014, foi aprovado a incorporação das ações da Evidence ao patrimônio da Sancap, bem como a conversão da Evidence em subsidiária integral da Sancap. Em 29 de janeiro de 2015, foi aprovada pela SUSEP a transferência da Carteira do Fundo Garantidor de Benefícios (Carteira FGB) da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Evidence. Assim no dia 2 de fevereiro de 2015, os ativos e reservas da Carteira FGB foram transferidos e passaram a ser geridos pela Evidence.

Os valores transferidos seguem abaixo:

Ativo	Passivo
Disponível	154
Aplicações (Nota 5.c)	1.406.932
Valores a Receber - Previdência Complementar	306
Total	1.407.392

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Evidence foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 22 de fevereiro de 2016.

Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Evidence na elaboração das demonstrações financeiras. A Evidence faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Evidence estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência.

c) **Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes**
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e outras aplicações com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e com risco insignificante de mudança de valor.

e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros I. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Evidence e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em uma entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de risco.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes a "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com efeitos em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retorno, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

• Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os

instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não subsidiárias, coligadas ou entidades de controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

• **Investimentos mantidos até o vencimento:** os títulos e valores mobiliários, para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os passivos financeiros da Evidence são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:

• **Passivo financeiro ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e juros sobre capital próprio e provisões técnicas - previdência complementar.

iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados ao fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Quando a seguir o preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Os "empréstimos e recebíveis" e "investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A taxa de juros efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Evidence ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

iv. Técnicas de Avaliação

Atabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Evidence para apurar seu valor justo:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Cotações Publicadas Preço em Mercados	Ativos (Nível 1)	Cotações Publicadas Preço em Mercados	Ativos (Nível 1)
Ativos Financeiros para Negociação	1.430.156	1.430.156	27.996	27.996
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	74.997	74.997	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	1.049.677	1.049.677	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos	9.826	9.826	27.996	27.996
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	242.102	242.102	160.533	160.533
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	224.373	224.373	140.550	140.550
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	17.729	17.729	19.983	19.983
Total	1.672.258	1.672.258	188.529	188.529

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Evidence não possui nenhum instrumento financeiro classificado como Nível 3.

Não houve reclassificações entre níveis nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Ativos Financeiros não Recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida.
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de tais perdas é registrada e registrada e reconhecida na demonstração do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

f) Contribuições de Previdência

As contribuições de riscos de previdência complementar são apropriados ao resultado quando da aceitação da proposta, independentemente de estarem vigentes. As contribuições para planos de previdência complementar são reconhecidas quando de seu efetivo recebimento. As contribuições de riscos são apropriadas pela vigência do risco, "pro rata" dia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

		31/12/2015			
Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Resultado	Patrimônio no Mercado no: Patrômônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Títulos para Negociação	1.622.479	(192.323)		1.430.156	85,5%
Titulos Públicos	1.612.653	(192.323)		1.420.330	84,9%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	74.990	7	74.997	4,9%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 4,55% a 6,70% a.a.	338.967	(43.311)	295.656	17,6%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 6,06% a 9,0% a.a.	1.198.696	(149.019)	1.049.677	62,8%
Titulos Privados	9.826	-	-	9.826	0,6%
Cotas de Fundos de Investimentos	-	9.826	-	9.826	0,6%
Titulos Disponiveis para Venda	244.469	-	(2.367)	242.102	14,5%
Titulos Públicos	244.469	-	(2.367)	242.102	14,5%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	224.356	-	224.373	13,4%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	12,70% a.a. PRE	20.113	-	20.729	1,1%
Total	1.866.948	(192.323)	(2.367)	1.672.258	100,0%
Circulante				1.431.174	
Não Circulante				241.084	

		31/12/2014			
Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no: Patrômônio Líquido	Valor Contábil	% do Total	
Títulos para Negociação	27.996	-	-	27.996	14,8%
Titulos Privados	27.996	-	-	27.996	14,8%
Cotas de Fundos de Investimentos	-	27.996	-	27.996	14,8%
Titulos Disponiveis para Venda	160.336	197	160.533	85,2%	
Titulos Públicos	160.336	197	160.533	85,2%	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	140.490	60	140.550	74,6%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	100% PRE	19.846	137	19.983	10,6%
Total	188.332	197	188.529	100,0%	
Circulante			27.996		
Não Circulante			160.533		

A taxa média dos juros das aplicações em títulos e valores mobiliários de 31 de dezembro de 2015 foi de 6,6% a.a. (31/12/2014 - 3,2% a.a.).

b) Composição por Prazo de Vencimento

		31/12/2015			
Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 3 Anos	Total	
Títulos para Negociação	9.826	1.742	1.376.617	1.430.156	
Titulos Públicos	41.971	1.742	1.376.617	1.420.330	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	74.997	74.997	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	264	289.082	295.656	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	35.661	1.012.538	1.049.677	
Titulos Privados	9.826	-	-	9.826	
Cotas de Fundos de Investimentos	9.826	-	-	9.826	
Titulos Disponiveis para Venda	1.018	-	241.084	242.102	
Titulos Públicos	1.018	-	241.084	242.102	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	224.373	224.373	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	16.711	16.729	
Total	9.826	42.989	1.617.701	1.672.258	

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

c) Movimentação das Aplicações

		Saldo em 02/02/2015		Saldo em 31/12/2015	
Saldo em 02/02/2015	Aplicações	Resgates	Atualizações Monetárias	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	Saldo em 31/12/2015
Títulos para Negociação	27.996	1.406.932	256.123	(351.980)	283.408
Titulos Públicos	1.389.817	255.812	(313.853)	280.877	1.420.330
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	136.405	138.788	(209.984)	9.781
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	325.384	19.998	(64.316)	57.901
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	928.028	97.026	(39.553)	213.195
Titulos Privados	27.996	17.115	311	(38.127)	9.826
Cotas de Fundos de Investimentos	27.996	17.115	311	(38.127)	2.531
Titulos Disponiveis para Venda	160.533	-	64.998	(2.049)	21.184
Titulos Públicos	160.533	-	64.998	(2.049)	21.184
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	140.550	-	64.998	-	18.868
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	19.983	-	-	(2,049)	224.373
Total	188.529	1.406.932	321.121	(354.029)	304.592

		Saldo em 31/12/2013		Saldo em 31/12/2014	
Saldo em 31/12/2013	Aplicações	Resgates	Atualizações Monetárias	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	Saldo em 31/12/2014
Títulos para Negociação	22.731	22.500	(13.466)	(3.769)	27.996
Titulos Privados	22.731	22.500	(13.466)	(3.769)	27.996
Cotas de Fundos de Investimentos	22.731	22.500	(13.466)	(3.769)	27.996
Titulos Disponiveis para Venda	160.336	-	-	-	197
Titulos Públicos	160.336	-	-	-	197
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	140.490	-	-	60
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	19.846	-	-	137
Total	22.731	182.836	(13.466)	(3.769)	197

d) Garantia das Provisões Técnicas
Em 31 de dezembro de 2015, as seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

Títulos de Renda Fixa	Total de Cobertura	Total a ser Coberto
1.658.867	1.658.867	1.513.792
145.075		145.075

e) Instrumentos Financeiros Derivativos
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Evidence não apresenta operações com instrumentos financeiros derivativos.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2015	31/12/2014
Créditos Tributários (Nota 17.a)	92.569	16
Imposto de Renda a Compensar	528	370
Outros Créditos	-	-
Total - Não Circulante	93.097	387

7. Obrigações a Pagar
Em 31 de dezembro de 2015, refere-se a taxa com a administração do Fundo FGB no valor de R\$383 e em 31 de dezembro de 2014, a dividendos a pagar no valor de R\$560 (Nota 18.c), registrados no passivo circulante.

8. Impostos e Encargos Sociais a Recolher
Em 31 de dezembro de 2015, estão compostos por imposto de renda a recolher retidos de terceiros no valor de R\$1.156 e da CSLL/PIS/COFINS de terceiros no valor de R\$48, registrados no passivo circulante.

9. Impostos e Contribuições

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda	16.449	876
Contribuição Social	11.416	315
Total - Passivo Circulante	27.865	1.191

10. Outras Contas a Pagar
Estão compostos por valores a pagar para a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. no valor de R\$2.359 (Nota 18.c), provisão de multa SUSEP no valor de R\$1.080, despesas com publicações no valor de R\$26 (31/12/2014 - R\$39) e outras despesas no valor de R\$4 (31/12/2014 - R\$2), registrados no passivo circulante.

11. Depósitos de Terceiros
Em 31 de dezembro de 2015, o saldo na rubrica depósitos de terceiros é de R\$2.110, registrados no passivo circulante. Esses montantes referem-se a valores recebidos de segurados para quitação de operações em processo de emissão e de recebimento de prêmios de seguros fracionados em processamento e permanecem pendentes de identificação nessa conta, registrados principalmente, entre 1 a 30 dias.

12. Provisões Técnicas - Previdência Complementar

		Saldo em 02/02/2015		Saldo em 31/12/2015	
Saldo em 02/02/2015	Transfêrencia	Reverso/ Baixa	Excedente Financieiros	Encargos Financieiros	Saldo em 31/12/2015
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	1.065.838	81.254	(128.577)	4.443	142.365
Provisão de Prêmios não Ganhos	123	5.413	(5.447)	-	89
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	248.952	341.072	(360.246)	-	54.557
Provisão de Sinistros a Liquidar	163	40.478	(40.138)	-	503
Provisão para Eventos Ocorridos mas não Avisados	266	2.765	(2.760)	-	271
Provisão de Excedente Financeiro	2.614	47.550	(47.196)	-	297
Provisão Complementar de Cobertura	83.260	733.749	(759.486)	-	57.523
Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar	3.148	67.010	(68.306)	-	30
Provisão de Despesas Relacionadas	799	7.373	(7.571)	-	601
Total	1.405.163	1.326.664	(1.419.727)	4.443	197.249
Circulante					1.168.068
Não Circulante					345.724

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
O capital social em 31 de dezembro de 2015, é composto por 12.591.172 mil (31/12/2014 - 8.938.026 mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliadas no país.
Na AGE de 23 de dezembro de 2015, foi aprovado o aumento do capital social da Evidence no montante de R\$65.000 passando o capital social de R\$185.000 para R\$250.000, mediante a emissão de 3.653.146 mil ações ordinárias, passando de 8.938.026 mil ações ordinárias para 12.591.172 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$0,0177928845 cada, calculado pelo Valor Patrimonial da Ação (VPA) apurado na data-base de 31 de outubro de 2015. As ações foram totalmente subscritas e integralizadas pela Sancap, cujo processo se encontra pendente de aprovação pela SUSEP.

Na AGE de 5 de dezembro de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Evidence no montante de R\$140.000 passando o capital social de R\$45.000 para R\$185.000, mediante a emissão de 7.000.000

mil ações ordinárias, passando de 1.938.026 mil ações ordinárias para 8.938.026 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$0,02 (dois centavos) cada, calculado pelo Valor Patrimonial da Ação (VPA) apurado na data-base de 30 de outubro de 2014. As ações foram totalmente subscritas e integralizadas pela Sancap, com aprovação pela SUSEP em 22 de janeiro de 2015.
Na AGE de 31 de outubro de 2013, foi aprovado o aumento do capital social da Evidence pela emissão no montante de R\$44.949, passando o capital social de R\$51 para R\$45.000, mediante a Sancap de 1.937.975 mil ações ordinárias, passando de 51 mil ações ordinárias para 1.938.026 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$0,0231938976 cada, calculado pelo Valor Patrimonial da Ação (VPA) apurado na data-base de setembro de 2013. A integralização do aumento aprovado e seu devido resíduo no valor de R\$22.500 referente ao capital social subscrito no dia 15 de outubro de 2014.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. Na AGE realizada no dia 23 de dezembro de 2015, que aprovou o aumento do capital social também aprovou a redução do percentual dos dividendos mínimos obrigatórios da Evidence de 25% para 1% do lucro líquido ajustado. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Em 31 de dezembro de 2014, foram destacados dividendos no valor de R\$560, com o pagamento efetuado em 17 de março de 2015, sendo o valor totalmente imputado aos dividendos obrigatórios, referente ao resultado de exercício de 2014.

c) Reserva Legal
Do lucro líquido do exercício serão destinados 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reserva para Equalização de Dividendos
Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício serão destinados à formação de Reserva para Equalização de Dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social, e/ou ser retido, visando atender a necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da companhia, submetido pela administração à aprovação de Assembleia Geral e por esta revisto anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

e) Lucro por Ação
O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros conversíveis em ações.

f) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA
Patrimônio Líquido 31/12/2015 217.639
Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2015 217.639

g) Capital Mínimo Requerido
Capital Base 31/12/2015 15.000
Risco de Crédito 31/12/2015 12.374
Risco Operacional 31/12/2015 1.211
Risco de Subscrição 31/12/2015 178.817
Capital Mínimo Requerido 31/12/2015 186.526
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA 31/12/2015 217.639
Suficiência 31/12/2015 31.113

O saldo do capital adicional total é um cálculo que utiliza o capital adicional de risco de subscrição, risco operacional e risco de crédito. O capital mínimo requerido é o maior entre o capital base e o capital adicional, utilizado para a análise, conforme Resolução CNSP nº 201/2015, 316/2014 e 302/2013.

14. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Serviços de Terceiros	392	15
Publicações	51	46
Localização e Funcionamento - Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) (Nota 18.c)	131	-
Doativos e Contribuições	1.280	-
Despesas com Provisão Multas SUSEP	2.060	-
Convênio Zurich Santander (Nota 18.c)	994	-
Convênio Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nota 18.c)	863	-
Total	3.531	61

15. Despesas com Tributos

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
COFINS	2.020	-
PIS	328	-
Taxa de Fiscalização SUSEP	404	24
Total	2.752	24

16. Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Receitas Financeiras	300.314	3.817
Títulos de Renda Fixa	297.718	1.092
Fundos de Investimento	2.596	2.725
Despesas Financeiras	(395.275)	-
Títulos de Renda Fixa	(192.330)	-
Atualização das Provisões Técnicas (Nota 12)	(201.692)	-
Atualização de Impostos e Contribuições sobre Lucros	(1.253)	-
Total	(94.961)	3.817

17. Ativos e Passivos Fiscais

		Saldo em 31/12/2014		Saldo em 31/12/2015	
Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação ⁽¹⁾	-	91.467	-	91.467	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponiveis para Venda ⁽¹⁾	-	1.090	-	1.090	-
Outras Provisões Temporárias	16	-	(4)	12	-
Saldo dos Créditos Tributários/ Registrados	16	92.557	(4)	92.569	-
Saldo em 31/12/2013	17	5	(6)	16	-
Outras Provisões Temporárias	-	-	-	-	-
Saldo dos Créditos Tributários/ Registrados	17	5	(6)	16	-

<



Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

DIRETORIA			
DIRETOR PRESIDENTE			
Antonio Melchades Baldisera			
DIRETORES			
Amancio Acúrcio Gouveia	Christiano Ehlers	Nilton Sergio Silveira Carvalho	Patrícia Martins de Freitas de Oliveira
CONTADOR			
Andre Miguel do Nascimento - CRC 1SP191241/O-8			
ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO		DIRETORA RESPONSÁVEL TÉCNICA	
Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397		Patrícia Martins de Freitas de Oliveira	

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Evidence Previdência S.A.

São Paulo - SP

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2015, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Evidence Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e a solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos

da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Evidence Previdência S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência acima referidos da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2015, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Ênfase

Processo de transformação da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa n. 1, os processos de: (a) transformação da Companhia em entidade aberta de previdência complementar; e (b) transferência da carteira do chamado Fundo Garantidor de Benefícios, foram aprovados pela SUSEP, respectivamente, em 29 de setembro de 2014 e

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

em 29 de janeiro de 2015. Por conta desses processos, a Companhia passou a preparar, a partir de 2014, suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Nossa opinião não contém ressalva com relação a esse assunto.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo 22 de fevereiro de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda

CNPJ: 02.189.924/0001-03

CIBA 45

João Batista da Costa Pinto

MIBA 944

Ênfase

Processo de transformação da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa n. 1, os processos de: (a) transformação da Companhia em entidade aberta de previdência complementar; e (b) transferência da carteira do chamado Fundo Garantidor de Benefícios, foram aprovados pela SUSEP, respectivamente, em 29 de setembro de 2014 e em 29 de janeiro de 2015. Por conta desses processos, a Companhia passou a preparar, a partir de 2014, suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Nossa opinião não contém ressalva com relação a esse assunto. São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro

Contador

CRC nº 1 SP 236588/O-4

Deloitte.